

DAS POSSIBILIDADES DE UMA FONTE MÚLTIPLA: sociabilidade e mortalidade escrava nos registros de óbitos da Freguesia de Itambi (RJ), 1720-1742

CARLOS ENGEMANN,
MARCELO DE ASSIS,
MANOLO FLORENTINO*

1. O rapto da pia batismal

O TEMPO QUE ASSOLAVA O CHÃO do Sertão da Piaçava era quente, como quente era o sangue da gente que ali tentava sobreviver. Foi o que se viu no ano da graça de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1617, quando todos os santos estremeçeram. Pelos caminhos de terra, gritavam-se palavras de guerra, com o sagrado objeto triunfalmente erguido, roubado que fora à capela onde antes sempre estivera. Agora um novo templo o abrigaria. Ao objeto em torno do qual todos se afirmavam filhos de Deus, lugar onde os pais nomeavam seus filhos. De seu interior, sempre saíam bênção e purificação.

À frente da turba, um homem. Chamava-se Gonçalo Teixeira Tibao, proprietário de algumas roças em Itambi, onde plantava mandioca, feijão e, talvez, alguma cana. É possível que casado estivesse, mas certamente pio ele o era, já que, anos antes, mandara em suas terras erguer uma ermida, palco de missas ditas para os seus, os cativos inclusive. Liderando a multidão, Tibao talvez sorrisse. Nunca passara por sua mente a possibilidade de assaltar a capela onde recebera tantos sacramentos, menos ainda para expropriá-la de um de seus mais sagrados objetos e instalá-lo em sua ermida.

Quiçá Tibao estivesse acostumado a vender sua produção ali mesmo. Às vezes, ele até saía de Itambi para comercializá-la em outras praças, em barcos

* Departamento de História, UFRJ

ou mulas, ocasiões em que podia ser visto na pequena vila de Porto das Caixas, onde também recebia mercadorias da capital. Não é difícil imaginá-lo, por então, discutindo veementemente com um jesuíta proveniente do colégio do Rio de Janeiro, por causa de alguns índios que mandara capturar pelas bandas do Rio Guaxindiba. Afinal, tal empresa era freqüentemente impedida pelos filhos de Loyola, que, pela catequese dos indígenas aldeados em São Barnabé, próximo dali, pretendiam dar outro destino às almas gentílicas.

Ao longo dos anos, Tibao naturalmente reunira em torno de si vários descontentes com os jesuítas. Conversavam, trocavam idéias e, entre licores, até vislumbravam um mundo pleno de selvagens a serem escravizados. Um mundo quase perfeito, enfim, não fosse o obstáculo representado pelos padres. Talvez tenha sido em meio a uma dessas reuniões que Tibao e os seus correligionários souberam, através de um esbaforido colono, que a capela da região acabara de passar à administração dos clérigos de hábitos negros. Era o estopim que fez com que, com sentimento de morte na alma, os colonos saíssem apressados em direção ao templo. A turba levantava a poeira das terras da estrada vermelha, alçando os pés toscos em vôos rasteiros. Passos rápidos, frenéticos, alimentados de derrota. Ao primeiro salto a porta caiu. No interior, viam-se os bancos enfileirados, desenhos de santos nas laterais, o altar-mor e uma pia batismal.

Ao entrar, bestializados, os padres a tudo observaram. Os santos, como que rabiscos nas paredes, tudo testemunhavam. O altar inabalável, os bancos caídos, inteiros. A marca no chão indicava o desaparecimento da pia batismal. Aos poucos, o rezingado dos sacerdotes se unia ao de alguns camponeses índios do aldeamento vizinho, ferindo o silêncio. Como signo de revolta, de afronta, mas também de mudança, Gonçalo Teixeira Tibao acolhera-a em sua ermida. Os leigos deram a última palavra, tomando para si a responsabilidade da afirmação da cristandade.¹

Pode ser que pouco mais de cem anos depois encontrássemos o negro Francisco conversando com Antônio, também escravo.² Falava sobre o rapto da pia, mas também de guerras do curupira contra os santos católicos. Contava

1. Esse episódio foi adaptado a partir de informações constantes em ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro e, *Memórias históricas do Rio de Janeiro e províncias anexas a jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Régia, 1820-1822, vol. 2, pp. 107-112.

2. Estes dois escravos foram enterrados, respectivamente, em abril de 1739 e janeiro de 1738. Cf. o *Livro de óbitos de escravos da paróquia de Nossa Senhora do Desterro de Itambi (1717-1742)*, arquivo da Mitra Diocesana de Niterói, de agora em diante LOEI.

que várias vezes os santos se perderam no interior das matas por haverem seguido os passos do curupira. Isso, tempos antes dos caboclos e orixás entrarem nos limites da arena. Francisco acreditava na vitória dos santos e se confortava. Continuavam sua caminhada, após a longa noite de rezas. Ambos freqüentavam a Irmandade do Rosário, sediada na igreja de Nossa Senhora do Desterro de Itambi. Era já noite alta, e os tempos de 1735 revelavam uma outra história.

2. Mortalidade e transição econômica

VÁRIAS SÃO AS POSSÍVEIS LEITURAS desse episódio: Retenhamos, porém, e por enquanto, somente a irreduzível clivagem entre os clérigos da Companhia de Jesus e os leigos de Itambi. De fato, o traslado da pia batismal para a ermida da propriedade de Gonçalo Teixeira Tibao pode ser visto como o paroxismo de uma antiga disputa envolvendo o destino a ser dado às almas gentílicas. Afinal, sabe-se que, por volta de 1600, o projeto cristão para os indígenas já se expressava concretamente na região por meio do aldeamento jesuítico de São Barnabé.³ Ao mesmo tempo, naquela época, também se detectava não apenas a fixação efetiva da população laica e livre, como também o seu incremento demográfico.⁴

Nada sabemos, contudo, sobre os contornos assumidos pela disputa entre leigos e curas durante os cem anos que se seguiram ao rapto da pia. Entreranto, a ermida do Tibao logo virou a capela de Nossa Senhora do Desterro. Depois, tornou-se paróquia encomendada e, já adentrando o século XVIII, foi elevada à classe de Igreja Colada.⁵ Nesse processo, como era de se esperar, gerou inúmeros registros eclesiásticos, dentre os quais os assentamentos de óbitos de

3. Sobre os diferentes projetos de integração dos indígenas à sociedade colonial, cf. VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão*. Petrópolis, Vozes, 1986; MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*. Companhia das Letras, São Paulo, 1995; e SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos*. São Paulo, Cia. das Letras, 1988, cap.1.

4. Cf. ARAUJO, op. cit., p. 107; sabe-se que, consoante à política de doações de sesmarias implementada logo após a fundação da cidade do Rio de Janeiro (1565), a área onde se localizava Itambi (o “Sertão da Piaçava”) foi doada a Jácome Pinheiro, em 1566. Contudo, há indicações de que as primeiras sesmarias da região foram paulatinamente sendo abandonadas (cf. tb. LAMÊGO, Alberto R. *O Homem e a Guanabara*. Rio de Janeiro, IBGE — Conselho Nacional de Geografia, 1964, pp. 192-193.

5. Cf. PIZARRO, op. cit., pp. 110.

escravos negros — os únicos que conseguimos localizar até agora. Trata-se, como se verá, de um rico corpo documental, base para a indicação de alguns dos possíveis desdobramentos da história agrária da região.

Não nos parece absurdo postular que, durante os cem anos que se seguiram ao rapto da pia — i.e., ao longo do século XVII —, consoante a uma tendência que se afirmava em toda a Colônia, o sertão fluminense tenha testemunhado a progressiva substituição da mão-de-obra indígena pela negro-africana. Mais ainda, dados disponíveis em trabalhos clássicos e recentes acerca principalmente do Sudeste brasileiro indicam que tal processo pode ter sido completado já em fins do século XVII. Assim, postula-se que, se, durante o século XVI, o contingente indígena era abundante e oferecia boas condições de preagem, o panorama do século seguinte seria bem distinto. As distâncias — cada vez maiores — a serem percorridas para a captura dos aborígenes iriam tornar cada vez mais oneroso deles se utilizar como escravos. Ao mesmo tempo, fugas e dizimação dos grupos locais indígenas por gripes, sarampo e outras epidemias reduziriam a oferta de cativos. Se a esses fatores somarmos a sempiterna resistência das tribos mais violentas, localizadas nos chamados sertões bravios, teremos um contexto que restringia as possibilidades de êxito de um projeto agrário escravista de base indígena.⁶

Por caminhos outros, mas que não necessariamente excluem os já mencionados, alguns afirmam que a grande fragilidade física dos *negros da terra* os tornava pouco viáveis para o adestramento em funções especializadas dentro do engenho. O risco de óbito durante ou logo após o término do treinamento explicaria a grande diferença de preços entre os gentios nativos e os africanos, determinando, ao longo do século XVII, a preferência dos colonos pelos últimos. Além disso, as diferenças culturais entre eles também se constituiriam em outro obstáculo, dos quais seriam exemplos tanto o predomínio feminino na agricultura, quanto a própria ausência de noções de excedente econômico entre os tupis.⁷

A partir de 1695, a demanda gerada pela atividade mineradora acarretou, nas áreas periféricas de produção para seu abastecimento, o incremento da

6. MONTEIRO, op. cit., pp. 98 e 209-210.

7. SCHWARTZ, op. cit., pp. 41-42. O autor explica que, para a cultura indígena, a agricultura era trabalho especificamente feminino. Para a maioria dos aborígenes a noção de excedente significava muito pouco, ao passo que outras atividades se constituíam como essenciais para a manutenção do grupo. Para os portugueses, esse desinteresse pela produtividade era sinônimo de preguiça e indolência.

escravidão negra.⁸ Mas foi no extenso território mineiro que a população escrava conheceu maior crescimento: de 46.941 negros em 1723, para 96.541 em 1735, chegando a 101.607 em 1738. Aquelas áreas que não conseguiram se reconverter ao abastecimento das Gerais, e mesmo as dedicadas à agroexportação, viram agravadas as condições de sua reprodução, devido à alta geral dos preços dos escravos.⁹

Em resumo, a passagem do século XVII para o seguinte, ainda que tenha dado início ao *boom* da mineração, marcou também a crise da escravidão em importantes áreas do sudeste colonial. Em zonas como o Recôncavo da Guanabara, a tríade “guerra, doença e fome” continuava a cobrar seu preço à já rarefeita população autóctone, diminuindo-a. Ao mesmo tempo, ali, a elevação geral dos preços dos negros deveria dificultar a substituição dos gentios. Sabe-se, porém, que em inícios do século XVIII esse movimento já estava praticamente concluído.¹⁰ Um paradoxo?

De modo algum. É que, vigendo o tráfico atlântico, por mais alto que fosse o preço do africano no Brasil, seu *custo social* expresso em valores monetários tendia a ser menor do que o de um indígena.¹¹ Desse modo, diante da escassez de indígenas locais, aos habitantes da Itambi de inícios do século XVIII era mais factível (em valor e em escala) adquirir escravos negros para as suas propriedades.

Durante as primeiras décadas do século XVIII, Itambi já ultrapassara a etapa da escravização de indígenas, utilizando africanos e seus descendentes. O gráfico 1 mostra que, entre 1717 e 1736, havia certa estabilidade nos níveis de mortalidade dos escravos. Mas o mesmo gráfico aponta para uma brusca

8. Cf. GOULART, Maurício. *Escravidão africana no Brasil* (das origens à extinção do tráfico). São Paulo, Liv. Martins, 1948. pp. 131-151.

9. Idem, pp. 140-141.

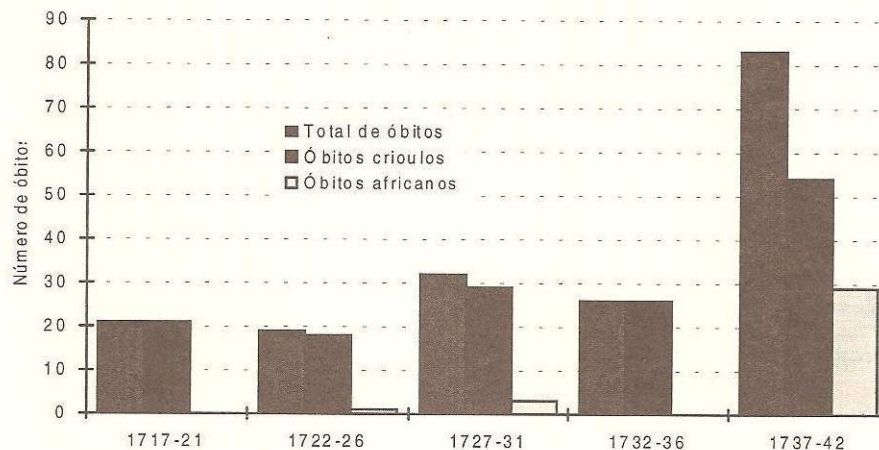
10. Cf. BARROS, Edval de Souza. *Proprietários rurais e estado português em meio ao avanço da fronteira agrária escravista: a capitania do Rio de Janeiro (1763-1808)*. Niterói, ICHF/UFE, 1997, passim (dissertação de mestrado inédita).

11. Na África, como a violência representava o meio fundamental através do qual o homem era retirado de sua comunidade e escravizado, o custo de sua produção social não era de maneira alguma repostado. Daí a captura significar a apropriação de trabalho alheio que jamais seria pago. Isso dava margem a que todos os elos de intercâmbio que se processavam desde o interior da África até a América se caracterizassem pela não-equivalência entre o dinheiro da compra do cativo e seu real valor social medido em horas/trabalho. Cf. FLORENTINO, Manolo G. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. Cia. das Letras, São Paulo, 1997, p. 76.

aceleração da frequência dos óbitos cativos, a partir de 1737. Resultado de um abrupto incremento da população escrava ou da propagação de morbidades letais que grassavam pela Colônia?

GRÁFICO 1

Flutuações dos óbitos de escravos, Freguesia de Itambi, 1717-1742



FONTE: Anexo 1

Difícil responder. Contudo, contra o último argumento, os registros de óbitos dão algumas importantes pistas. Antes de 1737 a frequência de mortes escravas era entre três e quatro vezes menor do que para o período seguinte. Quem morria por então? Os crioulos. Se, em princípio, a morte deveria atingir igualmente crioulos e africanos, o que indicaria tal dado? É plausível supor que ele aponte para o predomínio dos cativos nascidos no Brasil entre os escravos de Itambi e, portanto, para uma menor integração da área ao mercado atlântico, antes de 1737.

O que o gráfico 1 está a indicar é que, a partir de 1737, aumenta a média anual de sepultamentos de africanos, que passa de 0.15 para quase 5. Quase todos esses africanos eram provenientes do Golfo da Guiné. As fontes dizem mais, porém. Elas nos informam que não há, entre os africanos mortos antes de 1736, nenhum recém-chegado (i.e., “boçal”). Todos os boçais, num total de cinco, aparecem nos anos de 1740, 1741 e 1742 (cf. anexo 1).

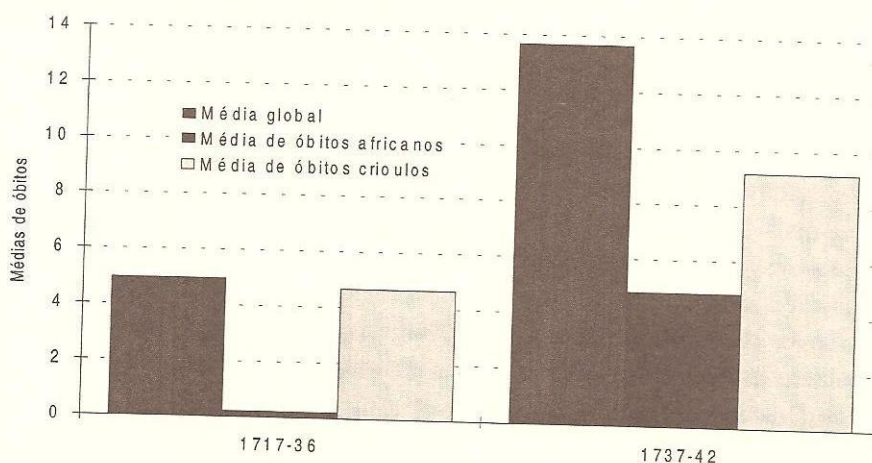
Desses movimentos, é possível supor que a brusca aceleração da frequência dos óbitos cativos a partir de 1737 se devesse ao correspondente incremento

da população escrava negra alimentada agora pelo tráfico atlântico. Contudo, estariam as morbidades letais excluídas de tal movimento? De modo algum, uma vez que, em todas as Américas, o incremento das entradas de africanos tendeu a exacerbar a mortalidade escrava em função do choque entre esferas microbianas distintas — no caso, entre a africana e a americana.¹²

A situação fica ainda mais clara se trabalharmos com as médias anuais de óbitos, o que nos possibilitará ao menos sugerir uma estimativa para o crescimento do tráfico. O gráfico 2 nos mostra haver um período de menor mortalidade (1717-36), quando perecem cerca de três vezes menos cativos do que entre 1737 e 1742. Isso pode significar, de acordo com o raciocínio que vimos desenvolvendo, que, a partir da década de 1730, o tráfico atlântico pode ter triplicado a população cativa.

GRÁFICO 2

Flutuações das médias anuais dos óbitos de escravos, Freguesia de Itambi, 1717-1742



FONTE: Anexo I

Entretanto, por que, com o advento da década de 1730, o sistema agrário de Itambi se vê cada vez mais obrigado a lançar mão do tráfico atlântico para

12. CARDOSO, Ciro. Escravidão e dinâmica populacional nas Américas. In: *Estudos Econômicos*, 13, 1, 1983, pp. 41-53.

a sua reprodução? É possível que tênues indicações acerca da estrutura de posse dos escravos, a partir dos registros de óbitos, possam oferecer algumas pistas. É o que veremos a seguir.

3. Mortalidade e estrutura de posse de escravos

ATÉ AGORA, TRATAMOS DOS ASPECTOS GERAIS da escravidão na região, privilegiando as características de um sistema agrário calcado na demanda por braços cativos. Ocorre, porém, que nossa análise se restringiria muito, caso parássemos nesse ponto, pois, mais do que um dispositivo econômico, a utilização de trabalho compulsório, particularmente a escravidão nos moldes coloniais portugueses, representa um conjunto de relações sociais e políticas. O caso de Itambi não é diferente. Antes, apresenta dados que nos permitem perceber a reiteração do sentido sociológico do sistema escravista.

O ponto de partida é a necessária distinção entre uma sociedade possuidora de escravos e uma sociedade escravista, no sentido mais preciso do termo. Longe de ser tautológica, essa questão se revela extremamente pertinente para a compreensão do conjunto de registros que compõe o nosso objeto. Segundo Moses I. Finley, mais significativo do que o número de escravos que uma determinada sociedade possui é a distribuição dos mesmos, ou seja, a estrutura de posse de cativos que diferencia os proprietários entre si.¹³ Assim, para que uma sociedade se constitua enquanto uma sociedade escravista, a propriedade dos cativos deverá exercer o papel sociologicamente estrutural de diferenciar os homens livres entre si, gerando graus distintos de riqueza, segundo a renda expropriada aos escravos.

13. FINLEY, M. I. *Esclavitud antigua e ideologia moderna*. Barcelona, Editorial Crítica, 1982. pp. 100-102.

TABELA 1
Concentração dos sepultamentos de escravos, Freguesia de Itambi, 1717-1742

Número de sepultamentos	Número de proprietários	%	Número de mortos	%
1	68	70.1	68	37.6
2	16	16.5	32	17.7
3	5	5.2	15	8.3
4	1	1.0	4	2.2
>=5	7	7.2	62	34.2
TOTAL	97	100	181	100

FONTE: *Livro de óbitos de escravos da paróquia de Nossa Senhora do Desterro de Itambi (1717-1742)*, arquivo da Mitra Diocesana de Niterói

A frequência dos óbitos registrados na Matriz de Nossa Senhora do Desterro nos permite observar que, ao longo de todo o período 1717-1742, dos 97 proprietários registrados, 84 (86% do total) enterraram apenas um ou dois cativos, concentrando 55% das 181 inumações. Ao mesmo tempo, os 13 proprietários restantes (14% do total) sepultaram 82 escravos (45% do total).¹⁴ Trata-se de um método falho,¹⁵ mas que insinua que, entre a década de 1710 e a metade do século XVIII, a região de Itambi poderia ter conhecido um elevado grau de concentração da propriedade escrava (cf. tabela 1). Dito de outro modo, ali, a escravidão servia, desde princípios dos setecentos, para diferenciar os homens livres entre si, com a renda expropriada do escravo definindo o local social de uma elite escravista regional.

14. Cf. LOEI.

15. Na verdade, não sabemos se o proprietário que sepulta um número baixo de escravos no início do período está, de fato, sepultando os últimos cativos de sua vida. Isso quer dizer que, ao analisarmos os dados dessa forma, colocamos todos os proprietários na mesma faixa etária, sem levarmos em consideração a diferença de idade entre eles. É possível que tal procedimento eleve, portanto, a proporção de pequenos proprietários no cômputo geral.

TABELA 2

Perfil de enterramento de escravos dos quatro maiores proprietários da Freguesia de Itambi, 1721-1742

Proprietário	Anos de atuação	Número de inumações	Média anual de inumações até 1736	Média anual de inumações depois de 1737
A	1722-41	7	0.3	0.5
B	1730-38	7	0.3	1.0
C	1723-42	9	0.3	0.8
D	1721-42	17	0.6	1.2

A: Francisco Rodrigues da Fonseca

B: Francisco Nunes

C: Domingos Luiz Louzada de Abreo

D: Domingos Ferreira de Abreo

FONTE: *Livro de óbitos de escravos da paróquia de Nossa Senhora do Desterro de Itambi (1717-1742)*, arquivo da Mitra Diocesana de Niterói

Terá o nível de concentração aumentado a partir da maior inserção de Itambi no mercado atlântico de escravos? Já dissemos que a análise acima proposta pode estar minada por distorções. Uma forma de evitar essa cilada seria selecionar um grupo de proprietários que atuasse na área durante os dois períodos em que foi dividido o intervalo 1717-1742, grupo esse que deveria enterrar um elevado número de cativos. Nossas fontes mostram quatro grandes proprietários nessas condições (tabela 2). Na verdade, o crescimento das suas médias anuais de sepultamentos insinua que os ricos da região incrementaram os seus níveis de concentração de escravos, inumando entre duas e três vezes mais cativos depois de 1737 do que antes. Tratava-se de homens muito ricos, que impulsionavam a economia de Itambi. Na verdade, estudos recentes têm demonstrado que, integrada à região de Santo Antônio de Sá, a nossa região-objeto concentrará o maior número de concessões de sesmarias da capitania do Rio de Janeiro, entre 1750 e 1778.¹⁶ Desse modo, a segunda metade do século XVII marcará o ápice

16. BARROS, op. cit., pp. 81- 84.

da economia de Itambi, refletindo o movimento iniciado em época anterior, ou seja, aquela que estamos analisando.

Entretanto, se voltarmos ao período 1737-1742, veremos que os registros de óbitos indicam que o maior número de africanos (inclusive de boçais) não estava sendo sepultado pelos grandes senhores de Itambi. Pelo contrário, tratava-se de enterramentos registrados, em sua grande maioria, em nome de pessoas que atuavam a menos de cinco anos na região — dos 29 africanos mortos no período de 1737 a 1742, 19 são declarados por novos sepultantes.¹⁷ Diante desses dados, podemos supor que o tráfico era também e especialmente o veículo da emergência de um grupo exógeno de senhores na freguesia de Itambi? Parece-nos que sim. O fato de que alguns novos proprietários estivessem recorrendo ao tráfico em busca de braços predominantemente masculinos indica a existência de um investimento de porte, provavelmente obtido junto a outros agricultores da região ou através de contatos com comerciantes na capital.

Em resumo, a expansão do sistema agrário de Itambi se fazia mediante a inserção da mão-de-obra africana. A posse de novas terras por homens que trariam esses trabalhadores demonstra a capacidade de reprodução e crescimento dessa sociedade, seja por meio da estabilização da posição social dos grandes anteriormente ali assentados, seja através do acolhimento de novos lavradores. No fundamental, podemos afirmar, com certa segurança, que, através de toda a análise dos registros de óbitos, Itambi atravessou o século XVIII em franca ascensão. A origem desse movimento está indiretamente registrada no livro de óbitos de seus escravos.

4. Topografias da morte e hierarquia escrava

OS HOMENS ERAM ESCRAVOS. Morriam escravos. Mas o local do derradeiro descanso revela que eram enterrados como homens, tão diversos entre si quantas são as formas de morrer. E a localização de suas perpétuas covas no espaço sagrado da Matriz de Nossa Senhora do Desterro de Itambi indica uma peculiar estratificação entre eles (cf. anexo 2).

17. Cf. LOEI.

Tudo se passava de modo a fazer de cada uma das áreas do campo santo (i. e., a nave e o adro que a cercava) espaços às vezes duramente conquistados ainda em vida. Os arredores do altar-mor surgiam, naturalmente, como o objeto mais cobiçado para a definitiva morada. Não poderia ser de outro modo, aliás, dado que dele provinha o essencial do culto: ali se localizava a imagem da padroeira desterrada; dali emanava a voz imperativa de Deus, através de seu pastor e intérprete; lá estava, enfim, o pão da alma. Todo o espaço restante da nave — no fundamental, as áreas entre os bancos e próximas às portas — configurava pontos distantes do altar, na geografia e no significado. Embora internos ao templo, estavam fadados a se converter nas derradeiras habitações daqueles que, em vida, não se mostraram dignos ou hábeis o suficiente para desfrutar da proximidade do altar. Havia, por fim, ao redor da igreja, o adro. Zona sagrada, porém fora do templo, era, por isso mesmo, uma espécie de região fronteira entre o sacro e o profano. Nele habitavam, obviamente, os corpos incautos, aqueles que talvez tenham construído a sua vida como todos nós — prisioneiros que somos do tênue território que junta a fé e o pó que nos constitui.¹⁸

A distribuição espacial dos sepulcros escravos na área do templo cristão tendia, portanto, a refletir uma dentre as várias hierarquizações presentes entre os cativos. A crer-se no gráfico 3, a comunidade escrava estava, de fato, bastante cindida: somente metade dos cativos foram inumados dentro da nave, e dois entre cada três desses (28% do total) conseguiram ser enterrados próximos ao altar.¹⁹

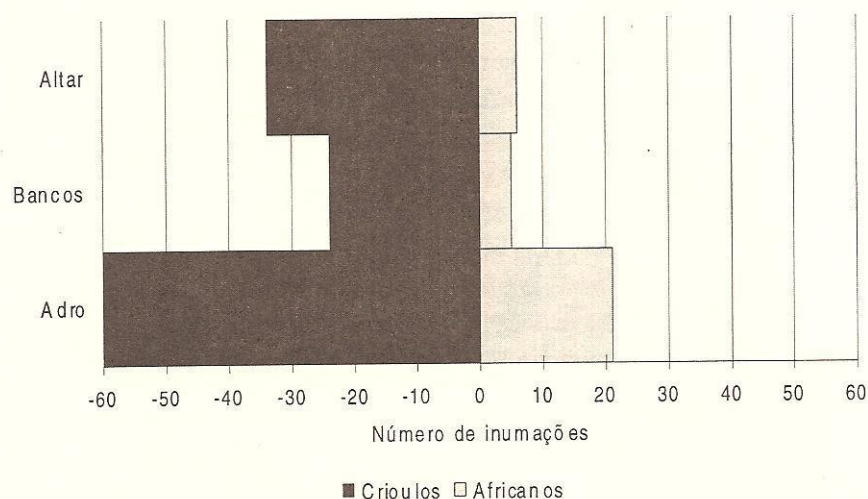
Considerados em si mesmos, crioulos e africanos também se encontravam profundamente apartados. Os crioulos se achavam, porém, bem menos diferenciados entre si do que o conjunto dos africanos. Assim, enquanto metade dos escravos nascidos no Brasil estava enterrada no interior da nave, apenas 1/3 dos africanos conseguiram o mesmo. E mais: próximos ao altar foram inumados 1/3 dos crioulos, proporção que, para os africanos, alcançava apenas 1/5. É possível que o acentuado estreitamento observado no gráfico 3, na passagem das inumações no adro para os sepultamentos entre os bancos, ajude a entender algumas das razões para a maior estratificação presente entre os africanos. Referimo-nos às condições de integração desses homens estrangeiros na sociedade escravista de Itambi, para a qual o tempo era o atributo primordial.

18. Por certo, inúmeros escravos eram enterrados fora dos domínios territoriais da Igreja, geralmente em cemitérios localizados nos engenhos. Os registros de Itambi indicam 6 casos deste tipo.

19. Cf. LOEI.

GRÁFICO 3

Distribuição, por local de inumação dentro da igreja, da quantidade de escravos africanos e crioulos, Freguesia de Itambi, 1717-1742



FONTE: Anexo 2

O curto período de estadia dos africanos na colônia poderia impedi-los de dominar aqueles instrumentos que paulatinamente propiciavam a sua aculturação — vale dizer, de início e principalmente, a língua e, depois, a partir dela, os bens simbólicos próprios da escravidão colonial nela sintetizados. Não é gratuito que todos os escravos boçais constantes de nossos registros tenham sido sepultados no adro, o que confirma que o menor tempo de inserção na sociedade escravista inclusiva podia implicar sepultamentos nas áreas mais afastadas do eixo do sagrado. Afinal, o boçal constituía-se num homem africano com pouco tempo de convívio com os padrões culturais locais. Era, também, a principal vítima das altas taxas de mortalidade derivadas do *seasoning* — o período em que mais se fazia sentir o choque entre as esferas microbianas africana e crioula.²⁰

20. CARDOSO, op. cit., passim.

Com relação aos crioulos, pouco se pode dizer. Insinua-se, apenas, não ter sido o tempo o único atributo deles exigido para serem inumados na nave e, pois, participarem de um grupo mais restrito de escravos.

Que dizer do contraste entre as inumações feitas ao redor dos bancos para as realizadas junto ao altar? Que critérios presidiriam o alçar-se de um grupo intermediário (o de cativos enterrados entre os bancos) para o topo da hierarquia escrava expressa através da proximidade ao altar? A planta da igreja de Nossa Senhora do Desterro de Itambi nos mostra os locais de inumação de 155 negros cujos registros de óbito traziam tal tipo de informação. Desses, 150 eram escravos e cinco haviam conseguido a liberdade. Nada menos do que 44 desses negros eram membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Itambi, e todos eles (40 escravos e 4 forros) foram enterrados nas cercanias do altar — cf. anexo 2.

Uma conclusão possível desse conjunto de dados é a de que o pertencimento à irmandade negra de Nossa Senhora do Rosário se constituía em um poderoso meio de ascensão no seio da comunidade dos escravos. Analisemos, portanto, mais detidamente esse fenômeno.

Sabe-se que, com muita frequência, parcela da historiografia voltada para o estudo da escravidão tem resvalado em direção a uma espécie de naturalização da categoria *escravo*: encaram-se os homens escravizados como cálidas tábulas rasas, nas quais tudo poderia ser inscrito. Um olhar mais apurado nos permite perceber, porém, as várias possibilidades criadas pelo homem negro para subtraí-lo da situação meramente jurídica de coisa e, por conseguinte, da anomia.

Estudos recentes têm tentado capturar a organização própria das senzalas e a discórdia nelas existente. As disputas eivavam as relações entre escravos — por definição, estrangeiros entre si, já que a escravaria era constantemente alimentada pelo tráfico de africanos. Por isso mesmo, urgia que eles próprios forjassem mecanismos de pacificação e convívio. O estabelecimento de vínculos parentais, por exemplo, seria uma possibilidade concreta por meio da qual os escravos se relacionariam entre si. Em última instância, aliás, a pacificação social daí derivada geraria para os senhores uma “renda política”.²¹

21. FLORENTINO, Manolo G. e GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1997, p. 45.

Seguindo essa perspectiva, pode-se postular que uma outra via de inserção na sociedade escravista seria a admissão às irmandades. A essas instituições leigas já foi atribuído o papel de difusoras de uma falsa idéia de equidade, ou de instrumentos potencializadores das divergências entre os escravos. Em ambos os casos, a irmandade seria um meio de controle sobre os negros.²² No entanto, o conjunto de práticas que formava e ajudava manter as irmandades possibilitava a articulação dos negros escravizados, diante das dificuldades que o cativo impunha.²³ Daí que muitos confrades tenham conseguido maior visibilidade social, em muitos casos até mesmo as alforrias, ensejadas pela existência de uma caixa de pecúlio geralmente reservada para esse fim.

TABELA 3

Perfil dos defuntos membros da irmandade de Nossa Senhora do Rosário, Freguesia de Itambi, 1717-1736

	1717-1736		1737-1742	
	Total de mortos	Confrades mortos	Total de mortos	Confrades mortos
Total de mortos	103	22	86	22
Total de crioulos	99	22	57	16
Crioulos	58b	12b	31	6
Crioulas	40a	9a	26c	10d
Total de africanos	4	0	29	6
Africanos	2	0	19	4
Africanas	2	0	10	2

a. Inclui duas forras; b. inclui um forro; c. inclui duas forras; d. inclui uma forra

FONTE: *Livro de óbitos de escravos da paróquia de Nossa Senhora do Desterro de Itambi (1717-1742)*, arquivo da Mitra Diocesana de Niterói

22. Cf. BOSCHI, Caio. *Os leigos e o poder*. São Paulo, Ática, 1986, pp. 152-155. Em outras perspectivas, as irmandades são encaradas como veículos de socialização (cf. OLIVEIRA, Anderson J. M. de. Santos negros e negros devotos: a irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia no Rio de Janeiro, século XIX. In: *Cativeiro e liberdade*. Rio de Janeiro, Depto. de História UFRJ, ano II, volume IV, 1997, pp. 17-19.

23. OLIVEIRA, op. cit., pág. 19.

No caso de Itambi, 1/5 dos 103 mortos entre 1717 e 1736 eram confrades. Para 1737-1742, tal proporção subia para aproximadamente 1/4 dos 86 mortos. O mais significativo, porém, é que, durante o primeiro período, não foram enterrados confrades africanos, os quais, contudo, passaram a representar algo em torno de 25% do total de confrades inumados a partir de 1737 (cf. tabela 3). Insinua-se aqui a inserção dos recém-chegados em um tipo de instituição, a irmandade, que visava à socialização e, ao mesmo tempo, atenuava os conflitos resultantes do aumento do tráfico. Assim, a tabela 3 nos mostra que, pouco tempo depois de a comunidade escrava crescer, mediante o tráfico, incrementavam-se os óbitos de africanos confrades. Em suma, diante de uma população numericamente cada vez mais africana, os conflitos intracativos podem ter potencializado a necessidade de um local social de consenso. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário parece ter assumido esse papel em Itambi. O que no primeiro momento era um espaço essencialmente crioulo, teve de ceder lugar às etnias africanas.

Entretanto, o que tornava o confrade um membro, por definição, do topo da hierarquia escrava, tal como expressado pelas inumações?

Uma forma de apreender essa questão é a observação da distribuição do sacramento da extrema-unção entre os cativos. Isso porque, independentemente de seu conteúdo dogmático, ela não apenas se constituía no único sacramento que implicava o deslocamento da Igreja até o fiel (e não o oposto, como nos casos da penitência e da comunhão), como também somente se realizava a partir da solicitação do moribundo ou dos seus pares mais próximos. Desse modo, a frequência de escravos que possuíam sacerdotes junto ao seu leito de morte pode apontar para uma maior ou menor proximidade dos cativos com os códigos culturais prevalecentes. Em uma palavra, tal frequência pode ser lida como um índice de aculturação.

Nossos registros demonstram ter havido uma maior cercania dos membros da irmandade ao rito cristão. Isso é confirmado pelo fato de que oito entre cada dez confrades receberam a extrema-unção, índice que, para os não confrades, chegava a apenas 38% (obviamente, excluímos da amostragem os cativos que pereceram subitamente). É possível que tais dados indiquem que o pertencimento a uma irmandade aproximava o escravo da linguagem que a tudo plasmava na colônia — o catolicismo. De algum modo, e até mesmo por sua condição de iniciado, aos olhos dos outros cativos, a presença de um confrade reiterava a idéia de que nem todos os escravos eram iguais entre si. O mais importante, porém, era o que a condição de membro de uma irmandade revelava aos depositários da fé. Pois, para a Igreja, a existência de confrades era

um claro sinal do êxito de sua empreitada evangelizadora, mas também um forte signo da presença de interlocutores legítimos entre os escravos. Nada mais razoável, portanto, que, para o mundo culturalmente “branco”, os confrades, por estarem mais próximos de seu universo, reivindicassem e merecessem o descanso final em locais privilegiados no interior do templo.

5. Conclusão

MAIS DO QUE OS RESULTADOS AOS QUAIS CHEGAMOS, importa ressaltar como o fizemos. Partimos de uma fonte tradicionalmente “árida”, em princípio afeita apenas a quantificações de variáveis mais evidentes, e a transformamos em férteis pistas para o resgate de vozes ausentes em nossa historiografia. Mostramos, também, que os registros de óbitos de escravos podem ajudar a reconstituir diversos padrões da sociedade e economia coloniais, mas fomos mais além, pois tais registros nos permitiram adentrar, de forma superficial, quiçá, o campo da cultura — em particular no que tange às suas expressões socioespaciais e simbólicas.

Da pertinência dos procedimentos adotados, somente amostragens mais substantivas e perspectivas comparativas poderão falar. No mais, abriram-se caminhos. Ao menos para nós mesmos.

Anexos

ANEXO 1

Frequências anuais dos óbitos de escravos, Freguesia de Itambi, 1717-1742

Anos	Total de			Total de			Total de mortos
	crioulos	Crioulos	Crioulas	africanos	Africanos	Africanas	
1717	1	0	1	0	0	0	1
1718	0	0	0	0	0	0	0
1719	1	1	0	0	0	0	1
1720	11a	7	4	0	0	0	11
1721	10a	6	4	0	0	0	10
1722	7	5	2	0	0	0	7
1723	2	0	2	1	0	1	3
1724	3	3	0	0	0	0	4c
1725	3	1	2	0	0	0	3
1726	3	1	2	0	0	0	3
1727	4	3	1	2	2	0	7d
1728	6	5	1	0	0	0	6
1729	5	4	1	0	0	0	5
1730	9	4	5	1	0	1	10
1731	5	0	5	0	0	0	5
1732	7	5	2	0	0	0	7
1733	5	3	2	0	0	0	5
1734	5	3	2	0	0	0	5
1735	2	1	1	0	0	0	3c
1736	7	5	2	0	0	0	7
1737	15	11	4	2	2	0	17
1738	9	7	2	3	3	0	13c
1739	6b	4	2	3	2	1	9
1740	7	3	4	2	0	2	10c
1741	9	3	6	10	10	0	19
1742	9	3	6	9	2	7	18
TOTAL	151	88	63	33	21	12	189

a. Inclui um escravo crioulo morador da Freguesia de São Gonçalo, possuído por Cypriana Cardera; b. inclui um escravo crioulo morador da Freguesia de Itaboraí, possuído por Euzébio Afonso Homem; c. inclui uma forra crioula; d. inclui um forro crioulo.

FONTE: *Livro de óbitos de escravos da paróquia de Nossa Senhora do Desterro de Itambi (1717-1742)*, arquivo da Mitra Diocesana de Niterói

ANEXO 2

Local dos túmulos dos negros da Freguesia de Itambi, 1717-1742

	Perto do altar-mor da igreja	Em meio aos bancos da igreja	No adro da igreja	Fora da igreja	Sem indicação de local
Crioulos	38a	24	61b	6	22
Africanos	6	5	21c	0	0

a. Inclui quatro forros; b. inclui uma forra; c. inclui cinco boçais.

FONTE: *Livro de óbitos de escravos da paróquia de Nossa Senhora do Desterro de Itambi (1717-1742)*, arquivo da Mitra Diocesana de Niterói